

Concurso para seleção e provimento do cargo de Chefe da Divisão Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) equiparado a cargo de direção de 2.º grau

Ata n.º 1/2025

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas reuniu, por videoconferência, o júri do procedimento concursal para seleção e provimento do cargo de Chefe da Divisão Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco, equiparado a cargo de direção de 2.º grau, constituído pelo Presidente: Nuno Filipe Gaiola Alves Castela, Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco e pelos Vogais Efetivos: Ricardo Filipe Gonçalves Batista, Administrador do Instituto Politécnico de Castelo Branco e dos Serviços de Ação Social e Vânia Filipa Lopes Fernandes dos Santos, Chefe de Divisão dos Serviços de Gestão Académica do Instituto Politécnico de Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Definição dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção.

O júri deliberou que para apuramento da classificação final (CF) após aplicação dos métodos de seleção, avaliação curricular (AC) e entrevista pública (EP), a fórmula a utilizar é a seguinte: CF = (AC x 40 %) + (EP x 60 %).

No que diz respeito à avaliação auricular (AC), a classificação é obtida pela aplicação da seguinte fórmula: AC = (HA + HAP + EP)/3

Sendo que:

 Habilitações académicas (HA): avalia a titularidade do grau académico, bem como da área de conhecimento da habilitação indicada no aviso de abertura do procedimento, de acordo com a seguinte ponderação:

| Habilitações Académicas | Pontuação |
|-------------------------|-----------|
| Grau de Doutor | 20 |
| Grau de Mestre | 18 |
| Grau de Licenciado | 16 |





2. Habilitações e Atividades Profissionais (HAP): avalia a participação/ministração em ações de formação, bem como a participação em congressos, seminários, colóquios, encontros, jornadas, palestras ou equiparados versando temas relacionados com as áreas funcionais para que é aberto o concurso; participação em grupos de trabalho e ainda em júris relacionados com as áreas funcionais para que é aberto o concurso. As habilitações e atividades profissionais serão classificadas até um máximo de 20 valores, nos seguintes moldes:

| Habilitações e Atividades Profissionais | Pontuação |
|---|------------|
| Ministração de ações de formação relacionadas | 2/formação |
| com as áreas funcionais para que é aberto o | |
| concurso | |
| Participação em comissões/equipas de trabalho | 3/comissão |
| nas áreas funcionais para que é aberto o concurso | |
| Participação em júris | 2/júri |
| Frequência de ações de formação, participação | 1/formação |
| em congressos, seminários, colóquios, encontros, | |
| jornadas, palestras ou equiparados até 50 horas | |
| Frequência de ações de formação, participação | 2/formação |
| em congressos, seminários, colóquios, encontros, | |
| jornadas, palestras ou equiparados com mais de | |
| 51 horas | |

Para a frequência de ações de formação, participação em congressos, seminários, colóquios, encontros, jornadas, palestras ou equiparados serão considerados apenas os últimos 4 anos (2022/2023/2024/2025)

3. Experiência profissional (EP): avalia o desempenho efetivo de funções na área de atividade para que o concurso foi aberto e a duração desse desempenho traduzida em anos completos prestados na carreira técnica superior ou equivalente, é pontuada da seguinte forma:

| Experiência profissional | Pontuação |
|--------------------------|-----------|
| Superior a 10 anos | 20 |
| Entre 5 e 9 anos | 18 |
| 4 anos | 14 |





No que diz respeito à entrevista pública (EP), a classificação final a atribuir neste método de seleção resultará da média aritmética simples das classificações atribuídas pelos membros do Júri a cada um dos critérios de análise enunciados, por referência a uma escala de 0 a 20 valores.

Na entrevista pública avalia-se, numa relação interpessoal, objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos(as) candidatos(as), tendo como referência as exigências do cargo a prove. Será avaliada a demonstração das seguintes competências estabelecidas na Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro, específicas para cargos dirigentes:

- (A) **Orientação para o serviço público**: Atuação de acordo com os valores e princípios éticos, revelando compromisso com a missão do serviço público e contribuindo, pelo seu exemplo e conduta pessoal, para incrementar a confiança e reforçar a imagem de uma Administração Pública (AP) ao serviço do interesse coletivo;
- (B) **Orientação para a mudança e inovação**: Encarar a mudança como uma oportunidade de melhoria e evolução e evidenciar abertura a novas ideias e soluções que permitem uma resposta consequente aos desafios atuais e futuros da Administração Pública;
- (C) **Orientação para os resultados**: Foca a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública;
- (E) **Coordenação de equipas**: Capacidade para coordenar eficazmente uma equipa, garantindo que as tarefas são executadas de forma organizada, eficiente, orientando e motivando os trabalhadores e acompanhando os resultados;
- (G) **Visão estratégica**: Pensar de forma abrangente e antecipar questões relevantes com impacto no sucesso atual e na sustentabilidade futura da organização, desenvolver estratégias para atingir objetivos críticos e maximizar os resultados, transmitir a visão, objetivos e estratégias da organização e promover ativamente o alinhamento da organização com as estratégias do Governo.

Para apreciar os fatores acima identificados, o júri elaborou um guião de questões a abordar que fazem parte integrante da presente ata e que ficará à guarda do Presidente do Júri até à data da realização da entrevista.





Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada vai ser assinada pelos elementos do júri.

Presidente do júri Nuno Filipe Gaiola Alves Castela

Vogais Efetivos: Ricardo Filipe Gonçalves Batista

Vânia Filipa Lopes Fernandes dos Santos

